

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às 09:30hs no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 3ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Aprovação da Minuta de Resolução nº 007, que estabelece prazo para as licenças em atividade de irrigação; Apresentação dos trabalhos das Câmaras Técnicas de ecobarreira e barragem. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: os senhores Luiz Gonzaga Toledo e Juracy Ala Filho representantes da SEPLAN, a Srª Vera Lucia Dias Lopes representante da SES, o Sr. José Augusto Ferraz de Lima representante do IBAMA, a Srª Eliana Freire Gaspar de Carvalho representante da ABAS, a Srª Ribenildes Carla G. e Souza representante da FIEMT, a Srª. Vânia Tarcila Borges representante da SANECAP, a Srª Rosemary Machado Meger representante da Rede CEMAT, o Sr. Dílson Leal Silva Filho representante da ASATEC, a Srª Angélica Garcia I. R. Souza representante do Fórum de Turismo, o Sr. Décio Eloi Siebert representante do IPAC e como ouvinte o Sr. Caetano Henrique Grossi representante da Usina Itamarati o Sr. Carlos Adriano Aquilino da rede CEMAT. O Secretário Executivo informou que o Secretário Adjunto o Sr. Luiz Henrique Daldegan não esteve presente por estar participando da reunião sobre a AQUABIO, e mencionou que as Superintendências de Gestão Florestal - SGF, de Recursos Hídricos - SURH, e de Infra-estrutura, Mineração, Indústria e Serviços – SUIMIS ficarão subordinadas ao Secretário Adjunto, conforme Portaria nº 91 de 13 de setembro de 2006. Foram apresentados os seguintes informes: 1) A substituição do conselheiro suplente representante da ABES o Sr. Édio Ferraz pelo Dr. Alexandre Silveira. 2) O Secretário Executivo informou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH está sendo encaminhado através do Programa Pantanal, e esta sendo chamado neste primeiro momento de Estudos de Recursos Hídricos; mencionou que estiveram em Brasília, dois técnicos da SEMA: um da Superintendência de Recursos Hídricos e o outro da Superintendência de Planejamento para analisarem os currículos para vagas de 10 consultores e 1 coordenador, o resultado será publicado em breve. Quanto ao Estado de Mato Grosso do Sul não houve contratação até o momento. O Secretário Executivo informou que assim que os profissionais (consultores) estiverem aqui no Estado, o coordenador dos trabalhos será convidado a participar de uma das reuniões

do CEHIDRO para explicar sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. 3) Sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH informou, da reunião acontecida em Brasília, com os representantes presentes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados, chegando a conclusão para indicação dos 10 representantes (10 titulares e 10 suplentes) dos Conselhos Estaduais para a participação no Conselho Nacional, as Câmaras Técnicas do CNRH, ficando o Conselho Estadual de Mato Grosso como suplente do Estado do Paraná, devendo ser invertida a titularidade na metade do triênio. Também informou que o CEHIDRO, tem participação em três Câmaras Técnicas: Águas Subterrâneas – CTAS, titular MT e suplente PR; Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarianos e Zona Costeira – CTCOST, titular PR e suplente MT e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, titular PR e suplente MT. 4) Sobre o Programa de Revitalização da Bacia Tocantins-Araguaia, houve uma reunião com os Órgãos Ambientais dos Estados de MT, GO, TO, MA, PA e DF em Goiânia, pois o Estado de Goiás é a Secretaria Executiva deste programa, valendo salientar que não participaram desta reunião os Estados do MA e PA. O MMA apresentou proposta de reuniões em todos os Estados, sendo que para Mato Grosso, ficou certa que aconteceriam nas cidades de Cuiabá (17/10/06), São Félix do Araguaia (07/11/2006) e Barra do Garças (09/11/2006). Em Cuiabá o evento está confirmado para o data de 17/10/2006 no Auditório da FIENT à partir das 08:30 hs. O Secretário Executivo ressaltou que o projeto será elaborado dentro da realidade de cada Estado com a participação efetiva da população local, solicitou aos Conselheiros a participação efetiva no dia 17/10, e também que divulguem o evento através dos seus Órgãos Regionais, principalmente nos municípios de São Félix do Araguaia e Barra do Garças, para prestigiarem e participarem do referido evento. 5) Quanto à implantação e divulgação do Plano Nacional de Recursos Hídricos através da apresentação dos Cadernos Regionais, o MMA/SRH esta realizando reuniões com as Comissões Executivas Regionais – CER' das 12 regiões hidrográficas para a implantação das Feiras Ambientais. A reunião da CER's Tocantins-Araguaia realizou-se em Brasília, com a presença do Coordenador de Gerenciamento Hídrico o Sr. Leandro Maraschin e definiram a cidade de Marabá no Maranhão para a realização da Feira Ambiental. A reunião da CER's Bacia do Alto Paraguaia – BAP, realizou-se em Campo Grande/MS, com a presença do Superintendente de Recursos Hídricos o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e a técnica da CGH/SURH/SEMA a Sr<sup>a</sup>. Leonice de Souza Lotufo. O Estado de Mato Grosso solicitou que a Feira Ambiental fosse realizada na cidade de Cuiabá, por ser a maior cidade dentro da bacia hidrográfica, onde

69 a solicitação foi acatada por unanimidade. Agendou-se o evento para os dias 23 e 24 de  
70 novembro, local a definir. Quanto a CER's Amazônia, não houve definição, pois o  
71 Caderno Regional ainda esta sendo revisado. 6) O Secretário Executivo mencionou que o  
72 Plano de Revitalização e o Plano Estratégico Tocantins – Araguaia serão construídos  
73 conjuntamente, cabendo ao Estado, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
74 seu monitoramento. Sugeriu que fosse formado um grupo de trabalho para analisar as  
75 propostas do Plano Estratégico e Programa de Revitalização, acatando a sugestão do  
76 Estado de Tocantins. O Secretário Executivo solicitou a permissão do Conselho Pleno,  
77 para que a Conselheira Angélica Garcia informasse sobre o Plano Estratégico de  
78 Revitalização TO/AR. A Conselheira Angélica Garcia informou que os dados  
79 apresentados por Mato Grosso eram de 99, 2005, que o programa de regionalização  
80 enfocou o Plano do Araguaia, e que Mato Grosso fez uma reformulação com 45  
81 municípios. Mencionou que um dos consultores era da Universidade Federal do Rio de  
82 Janeiro – UFRJ, e que o que está sendo feito no Estado não está sendo divulgado. Para  
83 que o Conselho Pleno tenha maior conhecimento sobre o andamento do programa, a  
84 conselheira Angélica Garcia enviará a Secretaria Executiva do CEHIDRO, um CD com  
85 informações sobre o projeto para ser divulgado aos Conselheiros. O Sr. Nery Ribas  
86 representante do APROSOJA, pediu a fala e sugeriu que o CEHIDRO fosse um Fórum  
87 para o levantamento dos dados, uma central de informações; O conselheiro Juracy Ala  
88 Filho, sugeriu que a Superintendência de Recursos Hídricos fique responsável em solicitar  
89 das outras Secretarias as informações necessárias. O Secretário Executivo mencionou  
90 que colocará o conteúdo do CD do Programa de Revitalização no site da SEMA para  
91 conhecimento de todos os Conselheiros, para que os mesmos possam colaborar com o  
92 programa, disponibilizando informações no âmbito de sua competência sobre a Região  
93 Hidrográfica Tocantins-Araguaia. A Reunião prosseguiu com a apresentação da ATA da  
94 3ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, que foi aprovada por unanimidade. Foram  
95 apresentados os trabalhos das câmaras técnicas de Barragem e Ecobarreira. O  
96 Secretário Executivo solicitou a Srª. Angélica Garcia membro da Câmara Técnica de  
97 Ecobarreira que informasse sobre as decisões das reuniões da Câmara, a mesma  
98 mencionou que chegaram num consenso de que o projeto de Ecobarreira (retenção de  
99 resíduos sólidos), não seria viável, considerando a situação ambiental da cidade, devido a  
100 grande deposição de lixo. Sugeriram buscar parcerias juntos a outros órgãos afins, para  
101 formar grupos de trabalho com objetivo de construir uma metodologia que contemplasse a  
102 limpeza do rio e o desenvolvimento da educação ambiental, visando a conscientização

103 ambiental; O Conselheiro José Ferraz sugeriu que considerasse nesta proposta de  
104 trabalho o escoamento superficial dos resíduos. Os encaminhamentos dos trabalhos da  
105 Câmara Técnica de Barragem foram apresentados pelo técnico Enilson França, o qual  
106 informou que foi discutido na ultima reunião a Lei Complementar nº 189 de 26/07/2004,  
107 referente à construção de obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos; Foi  
108 realizado o levantamento dos processos de barramento para irrigação, constatando que a  
109 maioria estão abaixo de 50 hectares; mencionou que Superintendência de Assuntos  
110 Jurídico da SEMA não apresentou parecer sobre este assunto até o momento; Foi  
111 encaminhado ao membros da Câmara Técnica o Roteiro de Barragem para análise e  
112 sugestão; O Conselheiro Décio Siebert, sugeriu que um técnico da Superintendência de  
113 Assuntos Jurídicos participasse da reunião da Câmara Técnica de Barragem; O  
114 Secretário Executivo mencionou que este processo esta sendo discutido com o jurídico; A  
115 Conselheira Ribenildes Carla mencionou que foi publicado a Lei que autoriza instalar a  
116 piscicultura em área de APP, e solicitou que fosse revista a questão, devido a liberação  
117 da área de APP para piscicultura e não de barragem para Irrigação; O conselheiro José  
118 Ferraz, mencionou que é necessário que seja feita a Adequação Ambiental dos  
119 Empreendimentos; O Secretário Executivo mencionou que há uma preocupação da  
120 equipe técnica da SEMA quanto a atuação do Ministério Público; O Técnico Enilson  
121 França mencionou que está aguardando as sugestões dos membros da Câmara Técnica  
122 quanto ao roteiro de barragem, e o parecer da Assessoria Jurídica ou do Dr. Carlos  
123 Irigaray para tentar solucionar estas propostas, sugeriu ainda que fosse elaborada uma  
124 proposta de Lei para Irrigação com base na Resolução de Irrigação, que contemplasse a  
125 construção de barragem. A sugestão foi acatada pelo Conselho Pleno. O Conselheiro  
126 Juracy A. Filho, mencionou que as propostas de Lei que contemplem o uso de recursos  
127 hídricos, deveriam ser apreciada pelo Conselho Pleno do CEHIDRO antes de serem  
128 sancionadas, e que os órgãos poderiam se integrar para resolver os problemas técnicos  
129 no âmbito de suas atividades. Sugeriu ainda, verificar se a Lei de Piscicultura não iria ferir  
130 a Lei que trata das Áreas de Proteção Permanente – APP, e se esta ação está de acordo  
131 com o CONAMA. O Conselho Pleno propôs que, a Secretaria Executiva do CEHIDRO  
132 enviasse um documento à Superintendência de Assuntos Jurídico da SEMA, ao Ministério  
133 Público e Procuradoria Geral do Estado, solicitando uma consulta quanto a legalidade da  
134 Lei de Piscicultura, sendo a proposta aprovada. O Secretário Executivo mencionou que as  
135 Câmaras Técnicas deverão ser instituídas através de Resolução, a qual deverá ter um  
136 presidente para presidir as reuniões, sendo assim foram indicados então os nomes do

Conselheiro Décio Eloi Siebert e Angélica Garcia para as Presidências. Ficando a Secretaria Executiva do CEHIDRO, responsável em enviar uma proposta de Resolução aos membros da Câmara Técnica de Barragem, para análise e aprovação e uma vez aprovada, será encaminhada para assinatura e publicação. A última pauta a ser apresentada foi à proposta de Resolução que estabelece prazos para as licenças de irrigação, sobre a qual o conselheiro Juracy Ala, mencionou que a Superintendência de Recursos Hídricos - SURH poderia ter maior estrutura para monitorar os empreendimentos para renovação das licenças; o Conselheiro Luiz Gonzaga, propôs a reformulação da proposta devido às dificuldades de se monitorar os empreendimentos para liberar as licenças; Foram sugeridas duas propostas; a de 3 anos e a de 5 anos para a liberação das licenças de operação; O Conselheiro Décio Siebert mencionou que os empreendimentos devem estar de acordo com a ISO 14000; O Secretário Executivo colocou em votação as duas propostas, sendo aprovada a proposta de liberação das licenças no prazo de 05 anos, acrescentando um art. 2º com a seguinte redação: “a renovação da licença de operação está condicionada a apresentação anual das medições de vazão e das leituras das réguas limnimétricas, de acordo com a categoria a qual o empreendimento esteja enquadrado”. A Resolução será encaminhada para devidas assinaturas e publicação. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11:15hs e eu Jackeline Leite, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIZ HENRIQUE C. DALDEGAN**  
Presidente do CEHIDRO

---

**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**  
Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 03/01/2007.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*